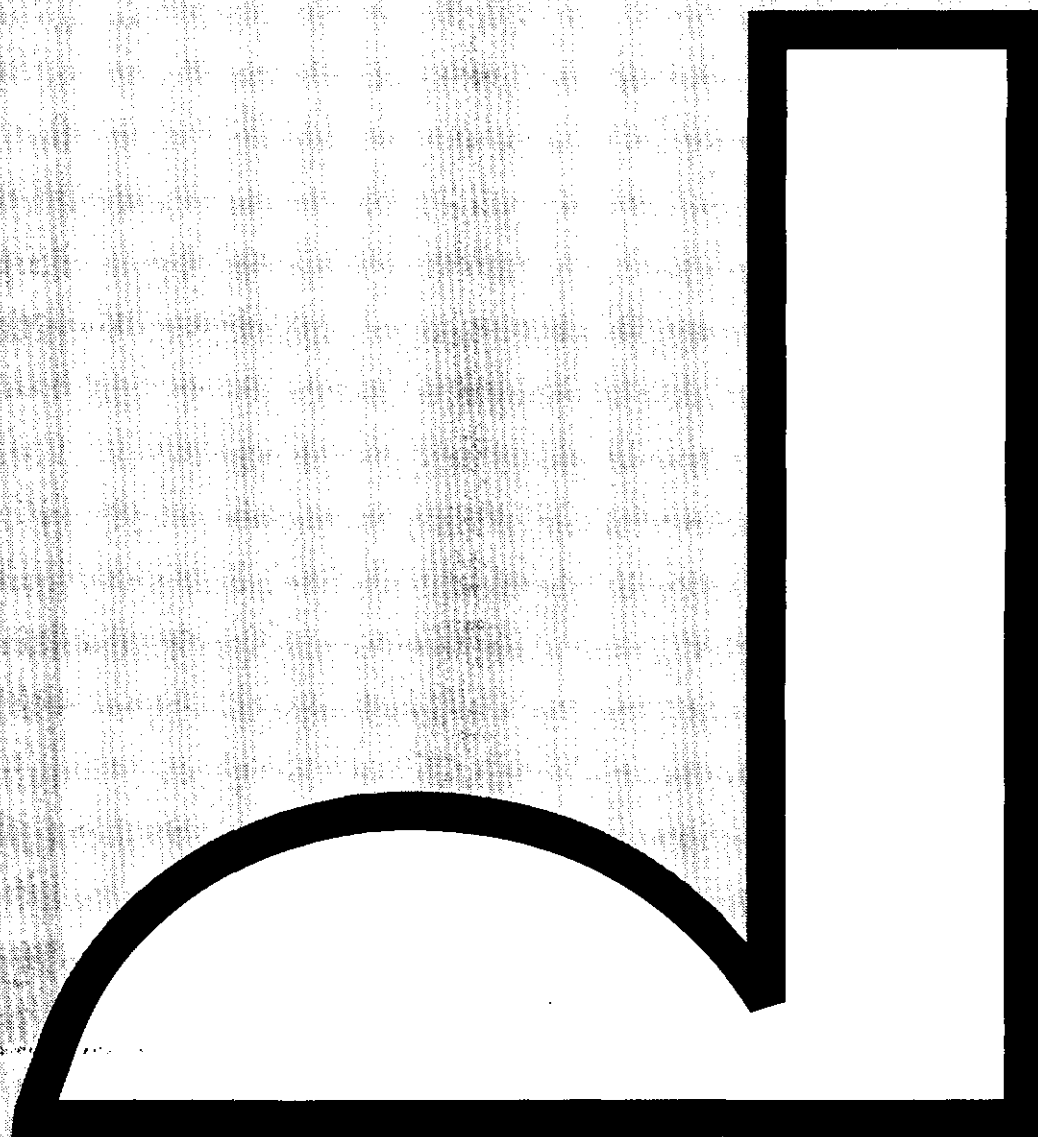




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i>		3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i> Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> 4º <i>Marluce Pinto – PMDB – RR</i>
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeitos em 2-4-97		PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i> LIDERANÇA DO PFL – 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão...</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos (3)</i> <i>Mocurildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> (3) Afastado em 30-3-2000, para exercer o cargo de Secretário de Estado do Governo de Tocantins	LIDERANÇA DO PMDB – 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnelo Alves</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) – 10 Líder <i>Heloísa Helena</i> Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i>	LIDERANÇA DO PSDB – 14 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Antero Paes de Barros</i> LIDERANÇA DO PPB – 2 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS – 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder <i>Roberto Saturnino</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB – 1 Líder <i>Artlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Aguciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial		<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 125ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 505, de 2000, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos referentes às razões que levaram o Governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori..... 18970

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000 (nº 2.445/2000, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 18970

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2000 (nº 621/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente..... 18970

Recebimento da Mensagem nº 175, de 2000 (nº 1.352/2000, na origem), de 22 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e oitenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil ienes japoneses, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Marubeni Corporation, destinada à aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hos-

pitais Universitários. À Comissão de Assuntos Econômicos. 18970

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPlicy – Registro de realização de reunião entre dirigentes da CNBB, representantes do MST e autoridades do Governo responsáveis pela reforma agrária. Justificativa à apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre a participação do Brasil na articulação da concessão de asilo político ao Senhor Vladimiro Montesinos. Satisfação com a perspectiva de vitória do Partido dos Trabalhadores nas próximas eleições..... 18971

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 506, de 2000, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento, hoje, do músico e compositor Baden Powell. À publicação, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy e o Sr. Presidente (Senador Lauro Campos) associando-se às homenagens prestadas..... 18979

1.2.5 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Importância das Cooperativas Integrals de Reforma Agrária – CIRAS, na organização e consolidação dos assentamentos agrários..... 18980

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 989 a 991, de 2000..... 18982
Nº 992, de 2000, referente ao servidor Jurandir de Jesus Cavalheiro. 18983
Nº 993, de 2000, referente à servidora Cremilda Piloto Sousa. 18984
Nº 994, de 2000, referente à servidora Rosiene de Oliveira Rocha Gomes. 18984
Nº 995, de 2000, referente ao servidor Julio Cesar Silva Peres. 18985

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 125ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2000

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Lauro Campos

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Havendo o número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 505, DE 2000

Requeremos, nos termos do **caput** do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do art. 397 do Regimento Interno do Senador Federal, a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Luiz Felipe Lampréia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos referentes às razões que levaram o governo brasileiro a articular a operação de asilo político no Panamá para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori.

Justificação

Na semana passada, a divulgação de uma fita de vídeo onde o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do presidente e ex-chefe informal do serviço secreto peruano, foi flagrado subornando um deputado federal eleito pela oposição, mergulhou o país numa crise de grandes proporções.

Recentemente, o Brasil solicitou ajuda internacional para capturar cidadãos brasileiros acusados de envolvimento em crimes contra o patrimônio, como o juiz Nicolau dos Santos Neto. Como explicar, então, a postura do governo brasileiro no caso Montesinos, onde, conforme largamente noticiado, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi peça fundamental para o bom êxito da concessão de refúgio ao Sr. Montesinos, colocando-o fora do alcance da justiça peruana?

Um dos pilares da democracia assenta-se no pressuposto de que todos são iguais perante a lei. É inadmissível que o Brasil patrocine ações que visam dar cobertura a autoridades flagradas em explícito

desrespeito à lei, como é o caso. Sendo assim, configura-se de fundamental importância a presença do Ministro Lampréia nesta Casa para explicar a postura do governo Fernando Henrique Cardoso diante de tais fatos.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2000. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O requerimento lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 9, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2000 (nº 2.445/2000, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2000 (nº 621/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 175, de 2000 (nº 1.352/2000, na origem), de 22 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e oitenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil ienes japoneses, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o *Marubeni Corporation*, destinada à aquisição de bens e serviços no âmbito do Programa de Modernização e

Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, Srs e Srs. Senadores, vim a Brasília hoje, ainda que esteja tão atento e participando da campanha para as eleições que se realizarão domingo próximo, dia 1º de outubro – data de extraordinária importância para a democracia no Brasil –, por dois motivos especiais.

O primeiro, porque fui convidado, juntamente com o Deputado Adão Pretto, para participar da reunião que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil promoveu hoje entre as autoridades do Governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra, e representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O convite que ambos recebemos foi de iniciativa do MST. Entretanto, o Presidente da CNBB, Dom Jaime Chemello, avaliou que a nossa presença poderia causar certo constrangimento, uma vez que não haviam sido convidados Parlamentares do Governo. E, se participássemos, teriam que ser acrescentadas a presença de Parlamentares do Governo e do Líder, Senador José Roberto Arruda. Assim sendo, como estavam presentes a OAB, representada pelo seu Presidente, Reginaldo de Castro, a Conic, o MST e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, resolvemos então não participar. Mas essa foi uma das razões principais por que vim a Brasília.

O segundo motivo foi participar desta sessão plenária para comentar sobre a importância da realização das eleições municipais do próximo domingo e para apresentar o requerimento que V. Exª acaba de ler, de convocação do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos referentes às razões que levaram o Governo brasileiro a articular a operação de asilo territorial, no Panamá, para o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do Presidente do Peru, Sr. Alberto Fujimori.

Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, na semana passada, todos ficamos impressionados e obviamente o povo peruano com a divulgação de uma

fita de vídeo em que o Sr. Vladimiro Montesinos, principal assessor do Presidente do Peru e ex-chefe informal do serviço secreto peruano, foi flagrado subornando um deputado federal eleito pela oposição. Com isso, mergulhou o país numa crise de grandes proporções. Naquela cena, por cinquenta minutos, o Sr. Vladimiro Montesinos procurava convencer o Deputado Federal Alberto Kouri, eleito pela oposição ao Presidente Alberto Fujimori, a votar em todos os projetos que fossem de interesse do Governo. A certa altura, na conclusão daquele diálogo, o Sr. Vladimiro Montesinos tira do seu bolso um maço de dinheiro, com aproximadamente US\$15 mil, e o entrega ao Sr. Alberto Kouri.

Trata-se do flagrante de um crime gravíssimo, de um crime contra a democracia, a aspiração dos povos que querem ética na política em todas as Américas. É mais grave do que o gravíssimo crime do Sr. Nicolau dos Santos Neto. E, recentemente, o Brasil solicitou ajuda internacional para capturar cidadãos brasileiros com envolvimento em crimes contra o patrimônio, como o Juiz Nicolau dos Santos Neto. Como explicar, então, a postura do Governo brasileiro no caso Montesinos? Conforme largamente noticiado ontem, e hoje confirmado pelo Sr. Georges Lamazière, Porta-Voz da Presidência, o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, foi peça fundamental para o bom êxito da concessão de refúgio ao Sr. Montesinos, colocando-o fora do alcance da Justiça peruana. Como explicar isso?

Um dos pilares da democracia assenta-se no pressuposto de que todos são iguais perante a lei. É inadmissível que o Brasil patrocine ações que visem a dar cobertura a autoridades flagradas em explícito desrespeito à lei, como é o caso. Configura-se, portanto, de fundamental importância a presença do Ministro Luiz Felipe Lampreia nesta Casa para explicar a postura do Governo Fernando Henrique Cardoso diante de tais fatos.

Cabe também ao Presidente Antonio Carlos Magalhães colocar na Ordem do Dia, para votação, o requerimento que foi lido. E peço a V. Exª, Senador Lauro Campos, que preside a sessão neste momento, que transmita ao Presidente da Casa este meu apelo para que, dada a importância do fato, na primeira sessão deliberativa da segunda semana de outubro, possa esse requerimento ser colocado em votação. Desse modo, terá 30 dias de prazo o Ministro Luiz Felipe Lampreia para vir prestar explicações sobre algo que até agora não me parece plausível.

O jornalista Janio de Freitas fez hoje uma coluna que merece ser aqui reproduzida: "O país dos maus papéis". Na **Folha de S. Paulo**, à página 4, diz Janio de Freitas:

"A falsidade do argumento que levou o Brasil a ajudar a fuga e o asilo de Vladimiro Montesinos, o bandido controlador da corrupção peruana, não precisa de nada além da lógica mais simplória para desmascarar-se.

Caso Montesinos estivesse mesmo na iminência de dar ou tentar um golpe de Estado, com seus aliados militares, é porque estaria em posição de força no Peru. Mas a fuga, ao cabo de uma semana escondido, denuncia o oposto. Só a completa fragilidade, com falta de condições até para continuar simplesmente no país, poderia levá-lo ao último recurso que é a fuga.

Ao desempenhar o principal papel na articulação da fuga e asilo de Montesinos no Panamá, Fernando Henrique Cardoso não proporcionou a proteção brasileira a uma figura qualquer. O currículo de Montesinos merece ser lembrado, ainda que de maneira mais resumida.

Expulso do Exército por ter vendido à CIA segredos militares do seu país, relativos a um possível conflito com o Chile, foi presidiário por um ano. Denunciado pelo maior traficante de drogas do Peru, preso mais por equívoco, como receptor dos pagamentos para a proteção do narcotráfico."

Interessante! E o Governo brasileiro resolveu prender, lá no Rio Grande do Sul, um sacerdote, representante da Farc, na hora em que estava solicitando a renovação de seu visto de permanência no Brasil. Ao que se sabe, ele não cometeu crimes no Brasil. Gostaria de fazer um parêntese: será que, com isso, o Brasil vai contribuir para o processo de pacificação na Colômbia?

Afinal de contas, lembremo-nos de que o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, estabeleceu diálogos com aquelas pessoas que, de alguma forma, mantinham e representavam o braço não armado do Ira com os parlamentares, buscando estabelecer um diálogo que viesse a propiciar condições de construção da paz na Irlanda do Norte.

Ora, se há aqui um representante da Farc que não está cometendo crimes, será que não seria até

importante permitir que ele pudesse aqui dialogar sem ser preso? Mas ele foi preso nesta semana, enquanto Montesinos, acusado de tais crimes, foi auxiliado na sua fuga pelo Governo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Padre Francisco Antonio Cadenas.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT SP) – Sr. Presidente, obrigado. O Padre Francisco Antonio Cadenas é o representante da Farc que foi detido.

Prossegue Janio de Freitas:

"Controlador do SNI de lá, articulou todos os tipos de corrupção que dominam o governo de Fujimori, inclusive a eleitoral. Mais recentemente, tornou-se o principal suspeito no descoberto contrabando de armas, via Peru, para a guerrilha colombiana. De reconhecida crueldade, foi o orientador da repressão brutal do governo Fujimori à oposição partidária, às organizações civis e à mídia independente.

O governo brasileiro é o grande responsável externo pela gravidade da situação peruana, por ter recusado apoio, na OEA, à exigência de nova eleição, dadas as evidências da fraude que deu Fujimori como vencedor pela terceira vez. Os fatos estão condenando a posição do governo Fernando Henrique, que comprometeu o Brasil com o regime mais corrupto e violento da atualidade latino-americana. Nova condenação virá em breve.

O argumento dado por Fernando Henrique à presidente do Panamá, Mireya Moscoso, para recuar na rejeição de asilo a Montesinos, é um artifício sem o menor contato com a realidade evidente. A fuga de Montesinos não é solução para a crise peruana, quanto mais a única solução. Talvez, seja até agravadora, porque nega ao povo peruano a possibilidade e vê-lo submetido a investigação e julgamento. O grande corrupto, o grande criminoso está a salvo. Com a ajuda decisiva do Brasil, que articulou o seu abrigo no Panamá, para gozar em liberdade o produto dos seus feitos.

Fernando Henrique Cardoso estende ao âmbito internacional sua repulsa a investigações de corrupção. Os protegidos ainda lhe dão o título de grande benemérito. Mas o Brasil é que fica como o país dos papéis indecentes."

Será essa apenas a opinião de um eminente jornalista independente e imparcial, que por vezes tem sido duro com o governo, mas que também sabe abrir exceções, porque elogia um ou outro ato do governo? Janio de Freitas tem sido duro, é verdade, mas tem sido a voz da palavra independente, da imprensa isenta, exemplo de jornalista que não se submete a pressões, sejam palacianas ou de grupos econômicos, e que honra o exercício do jornalismo. Age como agia, até há pouco infelizmente Aloysio Biondi, que, a propósito do Brasil privatizado, muito escreveu – acaba de ser lançado “Brasil Privatizado II”, uma coletânea de seus artigos.

Mas não se trata apenas da opinião desse eminente jornalista brasileiro. Permita-me, Senador Lauro Campos, aqui também mencionar – trechos, pelo menos – da reportagem publicada hoje no jornal **Página/12**, um dos principais jornais da Argentina. A reportagem é assinada pelo correspondente em Lima, Carlos Noriega e tem a seguinte manchete “El hermano cruel de Fujimori ya tiene su asilo seguro en Panamá”. Vou traduzi-la livremente do espanhol:

“A fuga de Vladimiro Montesinos para o Panamá, sob proteção do governo peruano, da OEA e de uma insólita resolução suprema da presidência peruana dando por terminado seus “serviços” ao Estado ameaçaram ontem quebrar o diálogo entre o oficialismo, a oposição e a sociedade civil em busca de uma saída para a grave crise política que se sente nas bases para as eleições que estão anunciadas. Opositores e representantes da sociedade civil esperavam uma resolução de destituição, mas se depararam com uma de “renúncia” de Montesinos ao seu cargo de “assessor da alta direção do Serviço de Inteligência Nacional”, no qual o governo lhe dava as graças pelos “importantes serviços prestados à nação”.

A renúncia de Montesinos está aparentemente antedatada de 14 de setembro, o dia em que se difundiu o vídeo em que Montesinos aparece subornando o congressista Alberto Kouri.

Elogios e encobertamento resumem o conteúdo desse documento, no qual se pode ler [abro aspas para leitura de documento oficial peruano]:

“O Dr. Montesinos participou de maneira significativa no êxito da luta contra o terrorismo, nos sucessos contra o narcotráfico,

no acordo de paz celebrado entre o Peru e o país vizinho, o Equador, e nas medidas de prevenção em matéria de segurança regional, assim como no âmbito da segurança cidadã”.

[No documento não se fez nenhuma menção ao crime de suborno que perpetrou contra a vontade do povo peruano. Além disso, sendo ele chefe do Serviço de Inteligência Nacional, dificilmente faria isso sem o conhecimento do Presidente Alberto Fujimori.]

A resolução ignora as denúncias contra o assessor presidencial, que vão desde assassinatos e torturas até o narcotráfico. E sobre o delito de suborno, que precipitou sua saída e a crise institucional peruana, com o anúncio do Presidente Alberto Fujimori de convocar eleições antecipadas, não se disse uma só palavra. A Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos se retirou do diálogo mediado pela missão da OEA em sinal de protesto.”

Aqui há um quadro em que se reproduz entrevista com Sofia Macher, Secretária Executiva da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos, que conversou com o **Página/12** minutos depois de abandonar a mesa de diálogo entre o governo, oposição e sociedade civil, promovida pela OEA:

– Por que se retiraram do diálogo?

– É inaceitável que o governo e a OEA não tenham tido a honestidade e a transparência de nos informar na reunião anterior, de sexta-feira, na qual se tratou de saídas para o caso Montesinos, acerca das gestões que vinham sendo realizadas para conseguir asilo para Montesinos. Isso é inaceitável.

– Qual a sua opinião sobre a explicação de que a proteção a Montesinos era para defender a democracia de um perigo de golpe de Estado?

– Não se está fortalecendo a democracia, o que se está fazendo é ceder diante de uma chantagem.

– O diálogo será retomado?

– Isso nós vamos avaliar.

– O que é necessário para que isso aconteça?

– Mantém-se intacto todo o aparato de fraudes das eleições passadas. É preciso que sejam modificadas as condições da transição. Essa transição não pode seguir com Fujimori e com a maioria atual do Congresso.

Voltando à reportagem:

“A indignação se apoderou dos membros não-oficiais que participavam do diálogo. Rechaçaram com energia a resolução de renúncia referendada pelo Presidente Fujimori, mas que parecia escrita pelo próprio Montesinos. E também protestaram junto ao chefe da missão da OEA, o ex-Chanceler da República Dominicana, Eduardo La Torre, pela participação desse organismo na fuga de Montesinos. La Torre atribuiu essa atitude a “razões de Estado” e em sua explicação justificatória assinalou que Montesinos daria um golpe de Estado se não se permitisse que ele viajasse ao Panamá. Os representantes do governo avalizaram a versão. Dessa maneira, pela primeira vez desde que se instalou a crise, há onze dias, o governo admitia que existia uma insubordinação militar encabeçada por Montesinos que colocava uma alternativa: impunidade para Montesinos ou golpe de Estado. Não obstante isso, a viabilidade de ocorrência do golpe é questionável.

Ao término da reunião que se prolongou por três horas, o congressista e negociador em representação do Partido Aprista, Jorge del Castillo, expressou “a mais profunda indignação” dos partidos democráticos ante a resolução de “renúncia” de Montesinos.

“Es una resolución reñida con la verdad, la ética y la moral y no la podemos aceptar, como no la puede aceptar ningún peruano. Montesinos ha perpetrado un delito gravísimo y flagrante y no se le puede dar gracias por los servicios prestados”, assinou Del Castillo.

Concordo inteiramente com isso e expresso a minha solidariedade ao parlamentar Del Castillo. Creio ser esse também o sentimento do povo brasileiro – e também de toda a América Latina –, que se solidariza com o povo peruano.

A oposição exigiu que essa resolução seja tornada sem efeito e que se emita uma de destituição de Montesinos. Se isso não ocorrer, segundo Jorge Del Castillo, Fujimori ficará desqualificado do ponto de vista moral para continuar na Presidência. O governo, então, perguntou se a oposição se retiraria da mesa de diálogo caso a resolução não fosse modificada. Disse Del Castillo: “Não posso adiantar que isso venha a ocorrer, mas advirto que poderá suceder”. Essa foi a resposta de Del Castillo.

Ante a gravidade da situação, o Ministro da Justiça e negociador em representação do governo, Alberto Bustamante, anunciou o retrocesso do governo: “Vamos proceder à modificação da resolução”, assinalou em tom conciliador. A nova resolução se conhecerá hoje à tarde – está, portanto, a ocorrer –, quando deve ser retomado o tenso diálogo auspiciado pela OEA.

Do outro lado, um grupo de manifestantes com cartazes de “Panamá, não dê asilo a assassinos”, chega até à Embaixada do Panamá para protestar contra a proteção dada a Montesinos. Uma delegação formada pelo ex-congressista Javier Diez Canseco, o escultor Víctor Delfín, líder do movimento cívico Resistência, e José Ramírez, da Associação Pró-Direitos Humanos, ingressou para conversar com o embaixador panamenho e pedir-lhe que o Panamá negue asilo a Montesinos. O embaixador respondeu que o asilo territorial que seria dado a Montesinos não significaria uma proteção total e que seu governo considerará qualquer pedido de extradição contra Montesinos caso seja aberto um processo judicial. Entretanto, por agora parece muito difícil, tendo em conta que o poder de Montesinos se estende a *la Fiscalía* e *el Poder Judicial* – poder que, como o militar, não havia sido tocado.

Fico pensando nas razões que teriam levado o Presidente Fernando Henrique a fazer isso. E o que me impressiona é a gravidade de um processo que se instituiu no Brasil. E por recomendação de quem? Quem veio ao Brasil, Senador Lauro Campos, por volta de 1996 ou 1997, quando estávamos discutindo o direito de reeleição, que não havia no Brasil e na tradição das Constituições desde a Proclamação da República? Esse impedimento à reeleição era um dos aspectos mais saudáveis da nossa República e das nossas instituições democráticas. Havíamos seguido aqui o que Alexis de Tocqueville, em *Democracia na América*, recomendara aos Estados Unidos, e eles não seguiram.

Disse o autor que pode parecer de bom senso que, se um governante for bom, possa ter o direito de postular um novo mandato logo em seguida; disse ainda que poderia parecer de bom senso que um povo que tivesse tido um bom governante pudesse pedir que ele continuasse, elegendo-o novamente. Ressaltou, entretanto, Alexis de Tocqueville: "Será que essas vantagens não seriam sobrepujadas pelas desvantagens do processo do direito de reeleição?" Além disso, lembra que quando um chefe de estado, um chefe de governo coloca para si o objetivo da sua própria reeleição, ele se esquece de muitos princípios e passa a abusar da máquina administrativa e usar métodos de corrupção. Por essas razões, Alexis de Tocqueville conclui dizendo: "O direito de reeleição não é saudável para a democracia. Não o recomendo".

Mas o nosso Presidente preferiu não seguir essa recomendação de um dos seus autores favoritos – por diversas vezes disse que gostava muito de Tocqueville. E recomendações de quem ele seguiu? De Carlos Menem, o Presidente argentino que tentou sua terceira reeleição – felizmente, foi derrotado –, e de Alberto Fujimori, que também tentou a sua terceira reeleição. Fujimori tão flagrantemente abusou dos métodos de corrupção, agora tão evidentemente comprovados diante do flagrante de Montesinos, que não houve alternativa senão a de dizer à nação, há onze dias, que havia desistido de ser presidente, convocar eleições para daqui a seis meses e dizer que deixará o poder até meados do ano que vem. Será que vai deixar o El Tino diante de tais atitudes, ou seja, ele se vergando ao Sr. Montesinos? Ele não é capaz de fazer justiça com respeito a um ato de corrupção dessa gravidade contra o seu povo e contra todo o povo da América Latina. Isso nos ofende!

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui falar com tamanha indignação. Essa indignação é maior na medida em que constato que o Presidente Fernando Henrique, esquecendo-se da sua trajetória e do seu passado, foi o grande estimulador do Presidente Fujimori para tentar a sua terceira reeleição. Uma coisa, Presidente Lauro Campos, foi o Presidente João Figueiredo, em 30 de julho de 1981, dar a Ordem Cruzeiro do Sul, Grau Grande Colar, para Alberto Fujimori, que estava no seu primeiro mandato. Afinal, dois presidentes que se entendiam nos seus métodos: o nosso General Figueiredo, não eleito diretamente, e o Presidente Fujimori. Outra coisa foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em visita oficial ao Peru, em junho de 1999, condecorar, com a Ordem Rio Branco, Grau Grã-Cruz, o Presidente Alberto Fujimori, que já esta-

va querendo ser candidato pela terceira vez. Fernando Henrique talvez tenha pensado: "será que pelo exemplo, se eu condecorá-lo, o povo brasileiro vai achar que eu também posso ser candidato pela terceira vez?" Mas não contente com isso, eis que o Presidente da República também resolveu condecorar quatro ministros do Governo Fujimori: o Ministro Cesar Lima Victoria León, com a Ordem Cruzeiro do Sul, Grau Grã-Cruz, em 25 de agosto de 1999. E, neste ano de 2000, mais precisamente no dia 18 de abril – porque o Presidente visitava o Peru oficialmente, ou pelo menos foi publicado em 19 de abril de 2000, e a informação é oficial do Sistema de Condecorações do Ministério das Relações Exteriores – Siscon –, condecorou o Ministro César Saucedo Sánchez, Ministro do Interior do Governo Alberto Fujimori, com a Ordem Cruzeiro do Sul, Grau Grã-Cruz. Também foram condecorados com a Ordem Cruzeiro do Sul, Grau Grã-Cruz: Efraim Goldenberg, Ministro de Economia e Finanças; Fernando de Transeñes Granda, Ministro das Relações Exteriores; Fernando Rojas Semanez, Embaixador; Alberto Bustamante Belaúnde, Presidente do Conselho de Ministros; Alberto Galvez de Rivero, Diretor do Cerimonial do Estado; Alejandro Ugarte Velarde, Primeiro Secretário; Arturo Montoya Stuya, Diretor Nacional do Protocolo e Cerimonial; Carlos Alfredo Garcia, Terceiro Secretário; José Romero Cevallos, Embaixador Subsecretário da América; Juan Carlos Gamarra, Chefe de Gabinete do Vice-Ministro; Julio Cardenas Velarde, Ministro-Conselheiro, Chefe de Gabinete; Manuel Cacho-Sousa, Conselheiro, e Manuel Vidal, Presidente da Câmara de Comércio; Nestor Popolizio, Ministro-Conselheiro; Roque Benavides, Presidente da CNIEP; Victor Caso Lay, Procurador-Geral da República; e Victor Castillo Castillo, Presidente da Corte Suprema de Justiça.

O que fizeram com a Ordem Cruzeiro do Sul Grau Grã-Cruz? Era necessário parabenizar quem está hoje sendo levado às cordas, para o canto do ringue, sem alternativas, pois foi inteiramente flagrado no seu método de corrupção? Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso acha normal que o Chefe do SNI pague US\$15 mil para que um Parlamentar da Oposição passe para o lado do Governo e passe a votar nos projetos do Governo? Será que isso é considerado normal para o Presidente, para o Palácio do Planalto, para o General Cardoso, que ocupa cargo equivalente ao do Sr. Montesinos?

Senador Lauro Campos, espero que, dada a gravidade do assunto para todas as Américas, o Mi-

nistro Luiz Felipe Lampreia venha a este plenário e esclareça o episódio.

Tenho a convicção de que esse episódio é um passo importante para varrermos das Américas o instituto da reeleição. Não estou convencido de que a reeleição sirva até mesmo aos Estados Unidos da América, como não serve ao Peru, não serve ao Panamá, desserve à Argentina e desserve ao Brasil, como temos visto nas eleições municipais deste ano. Felizmente, são muitos os Parlamentares do PFL, do PSDB, do PMDB, do PPB, do PTB que já estão convencidos de que o instituto da reeleição é uma porta aberta para o abuso do poder por parte de quem está na chefia do Executivo no período do processo eleitoral, e, sobretudo, uma forma de ferir o anseio pelo aperfeiçoamento das instituições.

O processo de rodízio anual de lideranças praticado pelo Partido dos Trabalhadores no Senado Federal e na Câmara dos Deputados tem sido altamente saudável. E que coisa bonita, Senador Lauro Campos! V. Ex^a é testemunha. V. Ex^a tem dito: "Companheiros, vocês podem se eleger à vontade, porque não quero ser Líder". Mas V. Ex^a tem o direito, poderá sê-lo na próxima oportunidade se assim aspirar, pois está mais do que na sua vez. Como é bonito o rodízio: eu fui Líder, assim como os Senadores José Eduardo Dutra e Marina Silva e, este ano, é a Senadora Heloísa Helena. Imagine se tivéssemos sempre o mesmo Líder, se eu insistisse em permanecer no cargo por ser o mais veterano, por achar que sei mais do que os outros, e não desse oportunidade aos colegas. Devido ao sistema de rodízio, a Senadora Heloísa Helena, totalmente excluída pela imprensa alagoana, rompeu com esse processo, porque a imprensa nacional agora noticia o seu trabalho, fala sobre sua combatividade.

Como é bom o rodízio de lideranças! Que pena que o Presidente Fernando Henrique não preferiu seguir o exemplo de Nelson Mandela, que, quando instado por seus colegas a ser candidato à Presidência e a colocar um Vice para sucedê-lo, caso quisesse sair no meio do mandato, respondeu: "Olha amigo, Senador Mkwai", isso me foi contado pessoalmente pelo Senador Zimasile Hilton Mkwai, "tenho observado muito os chefes de Estado que tanto querem permanecer no poder. Eles, normalmente, acabam se desgastando muito. E eu prefiro concluir o meu mandato com o povo querendo muito que eu continue." E, assim, Mandela não quis disputar a reeleição, ainda que a nova Constituição sul-africana assim o permitisse. Ele concluiu o seu mandato, passando o bastão ao

seu sucessor, que teve 67% dos votos, mais do que os 65% obtidos por Mandela. E ele saiu da Presidência querido pelo povo, além de ser uma voz fortíssima não apenas na África do Sul, o seu país, mas em todo o mundo. Periodicamente, Nelson Mandela é chamado para mediar conflitos nos países da África e em outras regiões do mundo. A sua voz permanece com um peso extraordinário, como teria seguido forte a voz do Presidente Fernando Henrique, se não tivesse tentado a reeleição. Quem sabe, poderia voltar à Presidência em 2002! Mas Sua Excelência preferiu não seguir a nossa recomendação.

Sr. Presidente, há aqui emendas à Constituição, como a do Senador Roberto Requião, prevendo o fim da reeleição. Esse episódio deve servir como um grande estopim para que a matéria tramite com urgência nesta Casa.

Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, concluo a minha fala como Senador, mas solicito o direito de usar da palavra como Líder do Bloco, uma vez que a Senadora Heloísa Helena não está e sou Vice-Líder do PT e do Bloco. Gostaria de falar sobre as eleições que ocorrerão domingo próximo, a não ser que venha a prejudicar qualquer Senador ou que V. Ex^a queira falar. Nesse caso, presidirei a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos como Líder do Partido.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, quero transmitir a minha felicidade pelo fato de estarmos realizando no Brasil uma coisa que nem sempre ocorreu: eleições. Não faz muito tempo, entre 1964 e 1985, houve a interrupção desse processo tão bonito que são as eleições nas capitais e naqueles municípios que eram considerados de segurança nacional, inclusive a capital de São Paulo.

O que me deixa feliz é o fato de que aqueles para os quais a ética é muito importante, a participação popular aos projetos que visam assegurar maior direito à cidadania, passos na direção da justiça, estão por dar um salto de qualidade. O povo está prestes a dar à Oposição, ao Partido dos Trabalhadores e aos Partidos coligados ao Partido dos Trabalhadores uma vitória consagrada.

O Partido dos Trabalhadores, hoje, comanda 107 prefeituras e tem 2.000 Vereadores. É possível que o PT dobre o número de Vereadores e dê um salto substancial no número de Vereadores eleitos. Por que razão? Pela consistência das proposições e pela forma como o Partido tem se conduzido, inclusive

aqui no Congresso. Há muitas denúncias contra Vereadores e Vereadoras pelo País afora, por terem se imiscuído em assuntos que não deveriam, por terem confundido os interesses privados de grupos econômicos com os interesses públicos e terem se enriquecido no exercício do mandato, com base em decisões, fazendo aquilo que fere nitidamente o decoro parlamentar.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, houve casos, como lá no Embu, em que o único Vereador não casado pela Justiça era do PT; refiro-me a Geraldo Cruz, candidato à prefeitura de Embu, a cidade das Artes, que está à frente das pesquisas de opinião. Temos Tarso Genro, em Porto Alegre; Benedita da Silva, no Rio de Janeiro; Edmilson Rodrigues, em Belém do Pará; Célio de Castro, do PSB, com quem estamos coligados em Belo Horizonte; Antonio Palocci Filho, em Ribeirão Preto; Gilmar Domenitti, em Franca; Vincentinho, em São Bernardo do Campo; Toninho, em Campinas; José de Felipe, em Diadema; Jair Menequelli, em São Caetano, José Machado em Piracicaba; Marcelo Deda, em Aracaju, onde estive; Nelson Peregrini, em Salvador, e tantos outros. As coisas estão florescendo de forma excepcional!

Mas, Sr. Presidente, preciso falar daquilo que acontece em São Paulo. A candidata escolhida, em outubro do ano passado, consensualmente pelo PT ao governo do Estado – e quase chegou lá! – torna-se entusiasta defensora das nossas bandeiras e porta-voz de um movimento lindo; dez mil pessoas estavam, domingo à tarde, no Pacaembu, cantando, dançando e vibrando com as mensagens de Marta Suplicy, que está por se consagrar prefeita da maior cidade do Brasil. Isso será fantástico; será ainda melhor que em 1988, quando foi eleita Luiza Erundina, sobretudo porque o Partido dos Trabalhadores, desse tempo para cá, pôde aprender e amadurecer com os erros e acertos. Espero, inclusive, que Luiza Erundina venha, nesta reta final, se juntar a nós novamente.

Tenho convicção de que Marta fará um governo fantástico, pois como psicóloga, psicanalista, é uma pessoa que, ao longo da sua vida, soube compreender, ouvir, falar e transmitir o seu pensamento. Ela tem todos os talentos, as qualificações para o cargo. Não sou apenas eu quem diz isso, mas também o engenheiro Jorge Wilhelm, arquiteto e urbanista, hoje com 72 anos, que foi Secretário do Planejamento do Meio Ambiente; Presidente da Emplasa; Secretário Adjunto da Conferência Habitar 2 da ONU; autor do Parque Anhembi e do projeto de urbanização do Anhangabaú; idealizador do Plano Básico de Curitiba; respon-

sável pela implantação do Procon e do Seade; não é membro do PT e foi colaborador do Governo Franco Montoro e de outros, inclusive Jânio Quadros, quando da urbanização do Parque Anhangabaú. Diz ele:

“Já em 1998, quando modestamente procurara contribuir para a vitória de Mário Covas sobre Maluf, através de alguns artigos publicados na **Folha**, em uma eleição que acabara por se caracterizar por seu conteúdo ético, identificara na campanha de Marta Suplicy as características que poderiam torná-la a prefeita de que São Paulo necessita: sua integridade e vinculação ao interesse público, criatividade e inteligência, a sua vontade política, a decisão de fazer acontecer. Por isso disse-lhe, em novembro daquele ano, que se chegasse a ser candidata a esse cargo, esforçar-me-ia em contribuir, com a experiência que adquirira, entre outros trabalhos, ao dirigir a elaboração do Plano Diretor (Sempla/1985), no Governo Jânio Quadros – e do Plano Metropolitano (Emplasa/1994).

“Estou seguro de não me haver enganado pois, embora tanto Marta, como Luiza Erundina e Alckmin possuam biografias moralmente íntegras, o que não pode ser dito de todos candidatos, a cidade com recente agravamento de sua incivilidade, precisa de uma visão de mundo moderno, da coragem para inovar, da capacidade de integrar, cingidamente, pessoas e pontos de vistas, qualidades essas que tive o prazer de ir descobrindo em Marta.

Essa “descoberta” deu-se durante este ano em que procurei colaborar no Instituto Florestan Fernandes, por ela presidido. Convivendo e debatendo com inúmeros profissionais, todos dotados de enorme entusiasmo e amor por São Paulo, cujos conceitos eram sempre fundamentados e por vezes conflitantes, como sói acontecer quando pessoas pensam, gerando férteis polêmicas, acabaram sedimentando-se, sempre com a arbitragem e presença ativa da candidata, algumas “idéias fortes” que me parecem importantes para que São Paulo “dê a volta por cima”. Pude observar então a habilidade de Marta em conviver com o contraditório, em liderar e decidir, não perdendo o rumo nem o bom humor.

A criação da primeira experiência de implantação de uma rede de comunicação pública (Sampa org.), em Capão Redondo; a decisão de iniciar a descentralização por subprefeituras na periferia em que o governo está ausente; a elaboração de diretrizes para a recuperação da paisagem; a decisão de participar da extensão do metrô; a abertura metropolitana, firmada em compromissos; a prioridade à criança e ao adolescente; o conjunto de políticas e programas concretos para dar presença e perspectiva ao jovem da periferia, hoje tão vulnerável à violência; a concepção integrada da segurança; as soluções já encontradas para a qualificação do Centro; a vitalização da zona leste vinculada à ampliação do emprego; as alternativas de captação de recurso; e a proposta de alocar parte da dívida com o Governo Federal no programa de renda mínima, são todas propostas que frutificaram graças à sensibilidade e capacidade de Marta de ouvir, aprender e decidir, integrando contribuições diversas com consistência.

Agrada-me também sua visão moderna de parceria, pois além do discurso hoje politicamente correto, escapa do demagógico ao manifestar que a cidade só recuperará sua auto-estima e condição de civilidade se transformações forem produzidas dentro de planejamento e critérios que evidenciem seu interesse público e com projetos que permitam sua avaliação, condições necessárias para a captação de recursos. Tendo afirmado que, se eleita, será prefeita de todos os cidadãos, creio que Marta será uma governante capaz de conduzir negociações e firmar pactos interpartidários, intersetoriais, intergovernamentais, internacionais, sem perder nem a objetividade nem o rumo.

Finalmente, não há como não pensar no segundo colocado na intenção de votos. Com 17%, segundo o Datafolha e o Ibope, do total de indecisos, votos em branco e nulos. Convencê-los a votar em Marta significaria uma decisão adequada para São Paulo já no primeiro turno. E por que não? Marta está com 35% e tentaremos, até domingo, conquistar os 15% de indecisos ou mesmo aqueles desiludidos – e são muitos que tanto têm se decepcionado com os que chegam ao poder. Para isso é preciso fazê-los ver que Marta e os candidatos do PT a pre-

feitos vão aplicar os projetos que levam em conta valores importantes para nós, como a participação popular, a busca da ética, da equidade, da justiça, da fraternidade, a prática da solidariedade, da qual V. Ex^a é hoje um exemplo.

Congratulo-me com V. Ex^a, Senador Lauro Campos, pela decisão tomada na semana passada e que contou com a colaboração e aprovação de seus irmãos e filhos, abrindo mão da fazenda que tinham em Minas Gerais e repassá-la ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Que exemplo de dignidade V. Ex^a forneceu ao Brasil, a todos nós, brasileiros! Como seria importante se outras pessoas seguissem o seu exemplo! V. Ex^a, na fase amadurecida de sua vida, como professor de economia engajado na luta por justiça, que nunca a abandonou, um minuto sequer, na sua carreira acadêmica e no plenário do Senado, nos honra a todos do Partido dos Trabalhadores com essa maravilhosa decisão.

Marta, os prefeitos e as prefeitas do PT pelo Brasil afora estarão aplicando o orçamento participativo, a fim de que todos partilhem melhor das decisões e o destino do dinheiro do povo; o banco do povo, para que as pessoas obtenham modestos empréstimos a taxas de juros módicas a fim de que possam adquirir equipamentos para realizar atividades que lhes proporcionem a sobrevivência com dignidade; o apoio às formas cooperativas de produção, porque quanto mais solidárias forem essas formas, melhor será a riqueza gerada, distribuída de forma mais equitativa; o apoio às micro, pequenas e médias empresas na cidade e no campo; a realização da reforma agrária mais rápida do que a que o Governo vem fazendo. E os prefeitos e prefeitas por toda parte, sobretudo nos municípios de grande e extensa área rural, estarão auxiliando o entendimento para que haja procedimentos como o de V. Ex^a. É possível que, por muitos lugares do Brasil, haja proprietários de terra que, diante da existência de um movimento catalisador como o que V. Ex^a inicia, possam até destinar uma parte de sua propriedade para ser cultivada por pessoas interessadas. Assim, esse modo catalisador poderá acelerar a reforma agrária. Haverá também a instituição de projetos como o Bolsa-Escola e o Programa de Garantia de Renda Mínima.

Marta em São Paulo realizará exemplarmente a implementação da lei, já promulgada mas que o prefeito atual preferiu não implementar e regulamentar, segundo a qual todas as famílias que não receberem pelo menos três salários mínimos – R\$453,00 – por mês, terão o direito de receber um complemento, um

terço da diferença de R\$453,00 e sua renda, podendo o Executivo aumentar um pouco essa alíquota para 66%, desde que as crianças estejam freqüentando a escola.

Haverá também o Começar de Novo, que propiciará oportunidades àqueles que já perderam a esperança por terem perdido o emprego há mais de um ano, estão com idade superior a 45 anos e que, se fizessem um curso de requalificação, através de convênios com as centrais sindicais, poderão novamente ter uma oportunidade de trabalho, um lugar ao sol. Teremos ainda o Primeiro Emprego para que os jovens possam realizar uma espécie de estágio, às vezes, um serviço à comunidade, ou até mesmo, por exemplo, cuidando de pessoas mais velhas que, muitas vezes, vivem em suas residências sem conseguir sair porque não têm um parente. Um jovem, com certo treinamento, poderia chegar à casa de uma pessoa idosa, de 75 ou 80 anos, dispondo-se a, todos os dias, andar com ela, ajudá-la a tomar banho, acompanhá-la ao supermercado para comprar algumas coisas a mais – porque, de outra forma, a pessoa idosa fica comendo só banana, ou outra coisa que lhe chega às mãos –, comprar uma coisa mais gostosa e diversificar a sua alimentação, ou levá-la ao parque. Quem sabe, por uma modesta remuneração, alguns jovens fariam isso e, após trabalharem por seis meses ou um ano nessa atividade, sairiam com uma possibilidade muito mais concreta de referência para conseguirem um trabalho?

Estão aí, Senador Lauro Campos, alguns exemplos de projetos que a Marta, os prefeitos e as prefeituras do PT vão colocar em prática. Não é à toa que, na hora de conceder o prêmio "Prefeito Amigo da Criança", a Abrinq, de 20 prefeituras, premiou oito prefeituras do Partido dos Trabalhadores. Não é à toa que a Fundação Ford, a Fundação Getúlio Vargas e a Unesco premiaram, ao longo dos últimos cinco anos, prefeituras que se destacaram por projetos de grande relevância social para a criança e o adolescente, e muitas prefeituras do PT participaram.

Feliz estou de pertencer ao Partido criado em 1980 por Lula e por tantos companheiros. Lula está hoje visitando Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul. Até domingo, ele terá visitado mais de 500 municípios. Trata-se da mais importante liderança nacional popular deste século, uma pessoa com o porte de Zumbi dos Palmares e de Tiradentes na nossa história, reconhecido até pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso como a grande liderança da Oposição.

Eu disse a Lula, no comício, quão contente eu estava de ver a minha família inteira engajada nesse Partido e no propósito de eleger a Marta. Estavam lá os meus três filhos, o Supla, o André e o João. O Supla e o João cantaram: São Paulo, Supla e o musiqueiro João, e vibraram com o povo.

Acredito que a Marta vai ser eleita no primeiro turno.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Lauro Campos, por ter me ouvido com atenção e carinho.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 506, de 2000

Requeiro, nos termos dos art. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do músico violonista e compositor Baden Powell, que morreu hoje, aos 62 anos, no Rio de Janeiro, vítima de Infecção Generalizada.

Justificação

Baden Powell era considerado um dos mais virtuosos violonistas brasileiros. Sua música se tornou referência em todo mundo. Parceiro de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, com quem compôs grandes sucessos da música brasileira, percorrendo os subúrbios do Rio de Janeiro animando os bairros da periferia carioca.

Baden Powell se tornou mais conhecido no exterior do que no Brasil. No entanto, apesar de ter gravado com os grandes nomes do Jazz, nunca abandonou as raízes do samba.

A música brasileira deve muito a Baden Powell.

Sala das Sessões, 26 de setembro de 2000. –
Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para se manifestar sobre o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Para se manifestar sobre o requerimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Baden Powell era considerado um dos mais virtuosos violonistas brasileiros. Sua música tornou-se referência em todo o mundo. Foi parceiro de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, com quem compôs

grandes sucessos da música brasileira, percorrendo subúrbios do Rio de Janeiro e animando os bairros da periferia carioca.

Baden Powell tornou-se inclusive mais conhecido no exterior do que no Brasil. No entanto, apesar de ter gravado com os grandes nomes do **jazz**, nunca abandonou as raízes do samba.

A música brasileira deve muito a Baden Powell. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Presidência associa-se às homenagens prestadas ao ilustre artista, a requerimento dos Senadores Eduardo Suplicy e Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Sr. Senador Ademir Andrade enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, trato hoje de um tema que nos últimos anos tem sido o mais palpitante e incompreendido pela elite brasileira. Fala-se muito – sempre se falou, desde a época do Brasil-colônia – de reforma agrária que seria, antes de tudo, a distribuição de parcelas de terra aos camponeses que manifestassem desejo de explorá-las, tornando-as produtivas para seu grupo familiar e para a comunidade em geral.

Contudo, a simples concessão de áreas de cultivo, seja como doação, transferência a título precário e experimental, ou pelas formas previstas no Estatuto da Terra, não será o caminho mais adequado para conseguir-se o grande objetivo da redistribuição da propriedade fundiária, hoje em poucas mãos – as dos grandes proprietários que realizam, bem ou mal, a atividade agrícola.

O próprio Estatuto da Terra, dando forma a conceitos manifestados na abundante legislação e pensamento de cientistas nacionais e estrangeiros, indica os objetivos dessa reforma, como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento de produtividade”.

A distribuição da propriedade disponível para o processo de reforma tem como clientes os lavradores sem terra, que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros e arrendatários; aos agricultores cujas propriedades não alcançam a dimensão da propriedade familiar da região; aos agricultores cujas propriedades sejam comprova-

damente insuficientes para o sustento próprio e o de sua família; e aos tecnicamente habilitados na forma da legislação vigente ou se manifestam competentes para a prática das atividades agrícolas.

Entretanto, a reforma agrária não é apenas um isolado objetivo de caráter social porque tem muito de empreendimento econômico para que seja uma forma efetiva de transformação.

Um dos mais autorizados doutrinadores deste continente, com uma visão alicerçada em vasta experiência, o mexicano Ramon Fernandez y Fernandez, comentou que “uma reforma agrária regressiva é aquela em que predominam os motivos puramente políticos sobre as finalidades econômicas. De acordo com este tipo de reforma coloca-se a terra em mãos do maior número de camponeses, com o fim de tornar possível a paz social e a estabilidade das instituições, já que os camponeses sem terra constituem a força subversiva mais importante num país com um débil desenvolvimento industrial. Uma reforma agrária progressista é a definida convencionalmente como instrumento de desenvolvimento econômico”.

Portanto, a possibilidade de se alcançarem os objetivos da reforma agrária está condicionada, antes de tudo, a condições econômicas de qualificação dos seus beneficiados. Ou isso, ou o fracasso certo, previsível, que só serve para desmoralizar a idéia reformista, dando razão aos que a ela se opõem com argumentos falaciosos.

Sr. Presidente, temos que partir de duas considerações básicas. A primeira se exprime na convicção generalizada de que o país não possui uma política agrícola e o sinal disso é o clamor permanente dos produtores, aqueles que dispõem de terra ou são empresários agrícolas; a segunda é que só se pode distribuir terras quando se atribui condições econômicas para a atividade agrícola, proporcionando qualificação técnica para o empreendimento econômico poder produzir, escoar a produção, com acesso a tecnologia.

Tomemos como paradigma a economia de um país democrático, o caso da Venezuela, onde são notáveis os trabalhadores de reforma da vida rural. Um dos seus melhores cientistas sociais, o Prof. Victor Gimenez Landinez, que foi seu Ministro da Agricultura, aconselhava: “a mais delicada tarefa da Reforma Agrária consiste na atenção para os problemas da justa distribuição da terra. E, como temos afirmado, ela seria um fracasso se não se planifica conjuntamente o crédito, a assistência e a segurança dos mercados”.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, é inacreditável que o Brasil tendo ao longo de mais de um quarto de século, com o Estatuto da Terra, editado em 1964, e que resultou de pressão sobre o governo autoritário, ainda não tenha obtido a reforma da vida rural.

Contudo, chegamos nesta verdadeira convulsão do campo, representando uma etapa que parece decisiva diante da atuação dos movimentos sociais dos trabalhadores no campo, que, deflagrando um processo de ocupação de terras, consequência da omissão do Poder Público, revela a grande dificuldade desse momento, que é a fixação dos sem-terra nas áreas ocupadas.

Trata-se do assentamento, que deve significar como última etapa do processo, uma organização que seja, ao mesmo tempo, o atendimento de reivindicações mal contidas e a necessidade de lhe assegurar a permanência da mudança, em termos de empresa econômica e condições de vida social, já que entendemos que reforma agrária não se deve cingir a propósitos meramente políticos eleitorais, mas basear-se em um critério pluralista, considerando os aspectos políticos, sociais e econômicos simultaneamente.

O assentamento é uma forma complexa de organização que somente pode prosperar se atendidos os requisitos de uma estrutura social e econômica, por menor que seja. Observa-se que em relação aos assentamentos de responsabilidade individual, a preferência é pelos produtos que compõem a chamada cesta básica que poderá resolver, é bem verdade, a situação do grupo familiar, mas não concorre para o desenvolvimento do setor agrícola como um todo.

Inquietante, Sr. Presidente, é que não se conhece qualquer plano do governo federal para dar forma aos assentamentos ou comunidades de trabalhadores, motivo pelo qual as reivindicações dos trabalhadores sem terra são por recursos financeiros, hoje nem sempre bem aplicados. Se existe tal modelo nas cogitações do Estado, é segredo. A propósito recentemente o Ministro da Reforma Agrária declarou que tinha um plano de reforma podendo-se deduzir que não é o constante da legislação vigente, a começar pelo Estatuto da Terra.

Todavia, não existe segredo. Está previsto no mesmo Estatuto um tipo viável de organização que

não poderia resultar de geração espontânea nem do alvedrio dos novos proprietários, daí ter que contar com a colaboração do governo. Falo da organização, à base de cooperação, são as Cooperativas Integrais de Reforma Agrária previstas no Decreto nº 58.197, de 15 de abril de 1966 que regulamentou o Capítulo III do Título III da Lei nº 4.504, de 1964.

A função das CIRAS seria dar apoio à implantação e desenvolvimento dos projetos de Reforma Agrária nas áreas declaradas prioritárias e aos demais projetos que, a juízo do poder público, se enquadrem no processo reformista.

Evidentemente que há outras formas de associação e de conjugação de esforços visando a tornar realidade a Reforma Agrária, mas das CIRAS e de quaisquer outras formas de organização não se tem notícia. O processo de reforma atravessa, agora, uma etapa de improvisação perigosa que não atende aos objetivos de mudança racional.

Um assentamento, sob suas várias formas, deve atender à organização dos trabalhadores, com vistas à racionalização do processo produtivo, incluindo as etapas da comercialização e da elevação do padrão de vida dos seus associados. Um processo de mobilidade vertical. Este é, sem dúvida, o ponto crucial da reforma agrária que se precisa resolver no Brasil, em meio a inquietações e dúvidas em que sucumbe o chamado Estado de Direito.

Portanto, sinalizo que a concepção simplista de assentamento levará, fatalmente, à frustração da reforma agrária. É necessário adotar o cooperativismo, com suas formas históricas, singulares, vivas, dinâmicas, vez que trata-se de um modelo integrante da própria realidade da nossa sociedade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr^{as} e aos Srs. Senadores que amanhã, dia 27 de setembro, haverá sessão não deliberativa ordinária a realizar-se às 14 horas e 30 minutos no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 52 minutos.)

(OS 17979/2000)

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 989, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011868/00-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA HELENA DE MAURO SANTOS**, matrícula 31149, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Ricardo Santos, a partir de 01º de outubro de 2000.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 990, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 11870/00-1,

R E S O L V E exonerar **RICARDO TEIXEIRA MENDES**, matrícula nº 31491, do cargo de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Ricardo Santos, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ricardo Santos.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 991, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 011869/00-3,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WELLINGTON NUNES JEVEAUX**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ricardo Santos.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 992, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 011079/00-2,

RESOLVE dispensar o servidor **JURANDIR DE JESUS CAVALHEIRO**, matrícula 2833, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Roberto Requião, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 22 de agosto de 2000.

Senado Federal, 26 de setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 993, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 011997/00-1,

RESOLVE dispensar a servidora CREMILDA PILOTO SOUSA, matrícula 3005, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 12 de setembro de 2000.

Senado Federal, 26 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL****ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 994, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010704/00-0,

RESOLVE dispensar a servidora ROSIENE DE OLIVEIRA ROCHA GOMES, matrícula 3375, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Francelino Pereira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos, com efeitos financeiros a partir de 14 de agosto de 2000.

Senado Federal, 26 de Setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



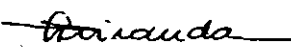
PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 995, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012464/00-7,

RESOLVE dispensar o servidor JULIO CESAR SILVA PERES, matrícula 4943, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Primeira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 20 de setembro de 2000.

Senado Federal, 26 de setembro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
p/ Diretor-Geral

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramer Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal

1. Casildo Maldaner - SC/2141
2. Ramer Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Sussuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal

1. Maricaci Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Raulo Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal

1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francisco Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal

1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Patrocínio - TO/4058
3. Djalma Bezerra - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal

1. Lócio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal

1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal

1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloísa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal

1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.89.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3265



SENADO FEDERAL

SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA(3)	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. PAULO HARTUNG - PPS (1)	ES	1129/1031
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Aja Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 10/08/2000

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/74	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM	RO	2251/57

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideres Parlamentares
Horário regulamentar: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

Atualizada em: 1º/09/2000

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
PSDB	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25
PLB	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.
(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: VAGO (2)
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
VAGO (2)	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PSDB	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSD	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
PSB	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPS	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 06/10/1999

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUSA*	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCANTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 22/08/00

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB	
MAURO MIRANDA*	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
PEL	
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
PSDB	
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
BLIOX KODOSIGAU (PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

*** LICENCIADO**

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)	TO	2071/2077	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. VAGO		
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideranças Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 17/09/2000

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)**

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT) - 1

**SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES.
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612**

**SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311- 4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br**

**Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.**

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: FREITAS NETO					
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
RIBAMAR FIGUENE	MA	4073/4074	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizado em: 5/09/2000.

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA (2)	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

(3) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777.

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em: 1/09/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI						
Presidente: EMILIA FERNANDES						
Vice-Presidente: ALBERTO SILVA						
(23 titulares e 23 suplentes)						
PMDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039	
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	
VAGO			7. VAGO			
VAGO			8. VAGO			
PFL						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. RIBAMAR FIQUENE	MA	4073/4074	
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137	
PSDB						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207	
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO			
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)						
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais	
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230	

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 09/08/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA (3)	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizada em: 09/08/2000

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3420
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5621
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4344

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 31/05/2000

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL DE
EDITORACÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 38 PÁGINAS